



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado EDUARDO BOLSONARO**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº. \_\_\_\_\_, DE 2016.**

**(Do Sr. Eduardo Bolsonaro)**

*Solicita ao Ministro de Estado da Justiça informações sobre autorização para aquisição de arma de fogo de uso permitido, nas condições em que especifica.*

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministério da Justiça, informações sobre autorização para aquisição de arma de fogo de uso permitido, nos seguintes termos:

1) Quantas autorizações para aquisição de arma de fogo de uso permitido foram expedidas, por ano, desde a entrada em vigor da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para pessoas **NÃO** pertencentes a órgãos e instituições catalogadas no art. 6º do mesmo diploma legal;

2) Quantos requerimentos para aquisição de arma de fogo nessas condições foram feitos no mesmo período;

3) Quais os critérios para se admitir que o requerente “declarou a efetiva necessidade” para porte de arma de fogo, consoante dispõe o *caput* do art. 4º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, cuja regulamentação consta no art. 12 do Decreto nº 5.123, de 1 de julho de 2004;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Gabinete do Deputado EDUARDO BOLSONARO

4) Considerando as inovações trazidas no diploma regulamentador citado, mais especificamente no § 1º do art. 12, o qual impõe ao requerente, no ato de declaração de efetiva necessidade, explicitar os fatos e circunstâncias justificadoras do pedido, a serem examinados pela Polícia Federal, quais são as diferenças básicas, para o Ministério da Justiça, entre a “declaração de efetiva necessidade” de que trata o art. 4º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e a demonstração de efetiva necessidade, insculpida no art. 10, § 1º, inciso I, da mesma Lei;

5) Qual o entendimento do Ministério da Justiça acerca do § 1º do art. 12 do Decreto 5.123, de 1 de julho de 2004, dispositivo que, ao regulamentar a **declaração** de efetiva necessidade, estabelece a exigência de exame pela Polícia Federal, mesmo dispondo a Lei acerca de simples declaração, a qual, considerando a análise semântica do termo, seria unilateral, da parte do requerente, não podendo compor rol de impedimentos que gerariam o indeferimento do pedido de aquisição de arma de fogo;

6) Cumpridos os requisitos objetivos para a aquisição de arma de fogo, dispostos no art. 4º da Lei nº 10.826/2003, é possível a expedição de autorização para aquisição de arma de fogo, independente do interessado cumprir os requisitos para o porte de arma? e

7) Quantas autorizações para aquisição de arma de fogo foram expedidas, na forma do item anterior, desde a entrada em vigor da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

### JUSTIFICAÇÃO

A Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, conhecida como “Estatuto do Desarmamento” prestou um grande desserviço para a segurança das pessoas de bem, pois apenas logrou êxito em desarmar e limitar o acesso a armas de fogo a quem, em regra, não as utiliza para cometimento de crimes.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Gabinete do Deputado EDUARDO BOLSONARO**

Para aqueles que utilizam armas e outros meios para fins criminosos, o Estado não conseguiu implementar políticas públicas eficazes para conter a violência que assolam o país, e as estatísticas comprovam isso.

O presente Requerimento tem por objetivo verificar se o Estatuto do Desarmamento e sua regulamentação, têm sido óbice ao direito da legítima defesa, por parte dos cidadãos brasileiros que efetivamente cumprem os requisitos legais para a aquisição de arma de fogo para a defesa em sua residência ou de seu estabelecimento comercial.

Além disso, tem por escopo verificar se os procedimentos administrativos adotados para a autorização de aquisição de arma de fogo têm limitado o exercício desse direito fundamental, bem como suscitar a análise de possível inconstitucionalidade da norma regulamentar, a qual, não poderia, via de regra, extrapolar a norma legal.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2016.

**Deputado Eduardo Bolsonaro**  
**PSC/SP**